

SANTA CRUZ NA LISTA

Aeroportos regionais já têm empresas interessadas

Ministro da Aviação Civil explicou plano que cria 15 terminais no Rio Grande do Sul

THAMY SPENCER/ADI

No Rio Grande do Sul, onde estão previstos 15 aeroportos regionais, já há 11 companhias interessadas em operar essas estruturas – por enquanto só não existe busca pelos de Alegrete, Bagé, Canela e Santa Vitória do Palmar. A informação é do ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha.

“O projeto de remodelagem das estruturas está pronto e a parte burocrática em andamento”, afirmou. Padilha esteve ontem em Porto Alegre para palestrar no evento Tá na Mesa, na Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS (Federasul).

O ministro, que falou a prefeitos de cidades de olho nesses investimentos, a empresários e lideranças, assegurou que não faltarão recursos para as obras, já que a SAC conta com um fundo próprio e não depende do orçamento da União. Ele disse que só para este ano há R\$ 4,4 bilhões disponíveis, oriundos da outorga de grandes terminais ao setor privado, e R\$ 7 bilhões em quatro anos. “Não há restrição financeira”, assegurou, para viabilizar no Brasil 270 aeroportos regionais, 43 deles nos estados do Sul. Para os 15 no Rio Grande do Sul estão previstos R\$ 310 milhões.

ESTRUTURA

Padilha explicou que os investimentos no RS serão feitos primeiro nos aeroportos que exigem o menor investimento e já estão praticamente prontos. O ministro citou Passo Fundo e Rio Grande. “Este só precisa da unidade de combate a incêndio”, detalhou. Para poder funcionar é norma que tenham uma pista correspondente à procura nas localidades onde estão inseridos – isso todos já possuem -; pátio de estacionamento de aeronaves (no caso do Aeroporto Internacional Salgado Filho, por exemplo, a área está sendo duplicada para 60 aeronaves); terminal de passageiros (há quatro modelos), Casa de Combate a Incêndio com bombeiros treinados e torre de navegação área. Outros espaços em aeroportos, como estacionamento de veículos, ficarão fora dos sítios. E neste quesito Porto Alegre é exceção, porque já existe uma torre de estacionamento dentro do aeroporto e logo haverá uma segunda, além de hotel com 210 apartamentos.

O ministro informou também que no caso de Caxias do Sul, não será possível prosseguir com o projeto de aeropor-

to em Vila Oliva. Ele disse ser necessária outra área para atender a região que seja mais longe do Centro da cidade. “Vamos fazer um aeroporto regional, será dos grandes, para atender a demanda local”, indicou.

SUBSÍDIOS

Outro detalhe explicado pelo ministro é que para funcionar, o programa contará com uma ajuda do governo federal, por meio do subsídio às companhias para custear até 60 passageiros transportados em voos regionais. “Teremos um programa de subvenção de R\$ 500 milhões às companhias aéreas para os 270 aeroportos”, assegurou.

COMO ESTÃO

Para viabilizar a construção de um aeroporto é preciso seguir algumas etapas. O primeiro passo é o estudo de viabilidade técnica (levantamento de dados como perfil, topografia, local), depois o estudo preliminar (inclui tamanhos de pista e de pátio, estimativa de custos e outros), a concessão da licença ambiental, a elaboração de projeto base para licitação, a concorrência e, então, as obras. Veja, abaixo, como estão os aeroportos regionais no Estado.

SALGADO FILHO

O ministro Eliseu Padilha também confirmou durante coletiva de imprensa que a construção de um novo aeroporto para o RS, o 20 de Setembro, na região de Portão, se dará em uma mesma concessão ao setor privado, junto com a do aeroporto Salgado Filho, em obras de ampliação. “Em 2018, 2019 deve começar a obra do 20 de Setembro, porque em 2030, pelos nossos estudos, o Salgado Filho terá sua capacidade esgotada.”



MINISTRO PADILHA E O PRESIDENTE DA FEDERASUL, RICARDO RUSSOWSKY

NAS CIDADES

- Em Alegrete – estudo preliminar
 - Em Bagé – estudo de viabilidade técnica
 - Em Caxias do Sul – avaliação do sítio
 - Em Erechim – estudo preliminar
 - Em Gramado/Canela – avaliação de novo sítio
 - Em Passo Fundo – anteprojeto
 - Em Pelotas – estudo preliminar
 - Rio Grande – anteprojeto
 - Em Santa Cruz do Sul – estudo preliminar
 - Em Santa Maria – estudo de viabilidade técnica
 - Em Santa Rosa – anteprojeto
 - Em Santa Vitória do Palmar - estudo suspenso para análise técnica
 - Em Santo Ângelo – anteprojeto
 - Em São Borja – anteprojeto
 - Em Uruguaiana – estudo de viabilidade técnica
- (Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil)

O setor em números

Para chamar atenção à importância do setor no transporte, o ministro Eliseu Padilha lembrou que a área vem expandindo ano a ano. Veja abaixo:

- O Brasil possui atualmente 2,2 mil aeroportos, sendo 1,7 mil privados e 677 públicos. Isso sem contar 954 helipontos. São 3, 4 mil campos de pouso.
- O ministro comparou o País com os Estados Unidos, onde há 5,1 mil aeronaves na aviação regular. No Brasil são 460.

- Em número de cidades atendidas são 105 no Brasil e 395 nos EUA.
- No ano passado no País foram transportados 112 milhões de passageiros.
- Conforme Padilha, os preços das tarifas reduziram 48%.
- A aviação civil se expandiu 10% ao ano e deve ainda crescer 7%.
- Em todo o mercado do transporte, a aviação foi responsável pela fatia de 13%.

DESEMPREGO

Relator da Medida do Seguro propõe reduzir tempo para acessar benefício

O relator da Medida Provisória (MP) 665, senador Paulo Rocha (PT-PA), apresentou, ontem, seu parecer sobre a matéria, propondo mudanças em relação ao que foi enviado pelo Poder Executivo. Entre as principais alterações está a mudança no prazo para acesso ao seguro-desemprego dos trabalhadores. A MP trata também de mudanças na concessão do seguro-defeso e do abono salarial.

O texto do Executivo estabelece 18 meses de trabalho consecutivos para que se tenha direito ao seguro. O relatório de Rocha reduz o prazo para 12 meses no caso em que o trabalhador pede o benefício pela primeira vez. Na segunda vez, o relator diminuiu de 12 para nove meses de carência. E, nos casos em que o acesso ocorra pela terceira vez, o empregado terá de comprovar que trabalhou por

pelo menos seis meses para receber o seguro.

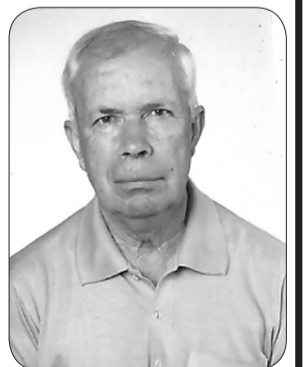
Paulo Rocha também modificou as regras propostas pelo governo para acesso ao abono salarial. Pelo texto original, a carência a ser cumprida pelo trabalhador era de seis meses. O relator propõe que carência de 90 dias e que o abono seja pago seguindo as regras do décimo terceiro salário, ou seja, que o trabalhador receba um doze avos por mês trabalhado.

No seguro-defeso, a principal mudança é a que reduz de três anos para um ano o tempo mínimo de registro profissional para que o pescador passe a ter direito ao benefício. O relator garantiu também que ele receba o seguro, mesmo se for beneficiário de programas de transferência de renda.

3º ANO DE FALECIMENTO

ARMANDO PEREIRA PACHECO

★ 08/04/1936
† 16/04/2012



“Ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém”

Pai.
Você sempre será nosso guia, um espelho de ensinamento e de boas lembranças. Você ensinou-nos a amar, respeitar, lutar, perdoar, sermos honestos e sempre acreditarmos em dias melhores.
Saudades!

Nadir, Marcos, Graziela, nora, genro e netos

Convidam para a missa de 3º ano de falecimento a ser celebrada no dia 16 de abril de 2015, quinta-feira, às 19h30min, na Igreja Matriz São Sebastião Mártir.